

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
DE GOIÁS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À  
EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS  
E ADULTOS**

**PERFIL DO JOVEM TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO DE  
ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS**

**MARIA JAQUELINE DIAS ALVES**

Monografia apresentada ao Programa de pós-graduação *latu-sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sob orientação do professor Dr. Revalino Antônio de Freitas

Goiânia, 2009



## APRESENTAÇÃO

Este trabalho objetiva analisar o perfil do jovem trabalhador da Educação de Adolescentes Jovens e Adultos<sup>1</sup> (EAJA), da Rede Municipal de Educação de Goiânia (RME). O interesse por este tema nasce da experiência que tenho no trabalho com esta modalidade, das conversas com os colegas professores e dos cursos de formação, promovidos pela RME, onde os professores falam da heterogeneidade das turmas de EJA, enfocando a dificuldade de desenvolver um trabalho pedagógico com o jovem desta modalidade que é, quase sempre, rotulado como aquele que não tem compromisso com a escola.

A EAJA apresenta-se, muitas vezes, como a última alternativa para o jovem manter-se na escola, face à exclusão do sistema regular diurno por meio da repetência, evasão, inadequação das práticas pedagógicas voltadas para as crianças na chamada “idade regular”, bem como pela necessidade de trabalhar e contribuir no orçamento familiar.

Ultimamente, tem sido bastante discutida a necessidade de preparar este jovem para o trabalho, haja vista ser esta uma necessidade destes educandos. Segundo a Proposta Político-Pedagógica dessa modalidade, “o educando da EAJA é um aluno trabalhador ou em vias de se inserir no mundo do trabalho”.

O tema trabalho encontra-se presente no discurso de educadores, educandos e em documentos oficiais, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/96

Art.2º- A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(Lei Nº 9.394/96).

No entanto, quase não se vê discussões tendo o foco no jovem trabalhador da EAJA. Embora o jovem com idade entre 15 e 24 anos represente uma parcela significativa da demanda atendida na EAJA, são poucos os documentos ou estudos que têm este jovem como

---

<sup>1</sup> Na Rede Municipal de Educação de Goiânia é utilizada a sigla EAJA, incorporando também os adolescentes que freqüentam esta modalidade.

objeto de estudo. Observa-se que turmas de 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup>série, no ano de 2006, num total de 11.012 alunos, 6.317 possuíam entre 15 a 24 anos.(GOIÂNIA, 2007).

Segundo Relatório de Desenvolvimento Juvenil BRASIL (2007), mais da metade (53,1%) dos jovens brasileiros com idade entre 15 e 24 anos estão fora das salas de aula e, quando estão na escola, geralmente se encontram numa modalidade ou nível de ensino que não corresponde à sua idade cronológica, buscando, assim, recuperar o atraso educacional resultante do ingresso tardio, do abandono ou de repetências no sistema escolar. Dos jovens com mais de 15 anos, 0,2% estão em cursos de alfabetização; 12,5% estão ainda, cursando o Ensino Fundamental regular e 1,1% estão cursando, também suplência do Ensino Fundamental.

No total, são 14% de jovens em processo de escolarização, cursando níveis de ensino que não correspondem à sua fase de vida.

A EJA é uma modalidade de ensino destinada aos sujeitos que, por diversos motivos, não frequentaram a escola ou dela foram excluídos. Os Jovens da EJA são pertencentes às classes populares e quase sempre adentram o mercado de trabalho precocemente, sendo, assim, obrigados a lidar com condições e responsabilidades para as quais, muitas vezes, ainda não estão preparados.

Desta forma, pode-se dizer que o trabalho que leva e tira o adulto da escola é o mesmo que faz com que o jovem também procure a EJA, precocemente.

Os jovens são as principais vítimas do atual modelo de desenvolvimento econômico, formando, assim, uma grande massa de desempregados e ou de pessoas que vivem em condições precárias de trabalho e exploração.

É na perspectiva da busca de conhecimento sobre este jovem que este trabalho foi pensado. Para além da questão da faixa etária, quem são estes jovens? Qual a sua trajetória escolar? Ele está inserido no mercado de trabalho? Quais as suas condições de trabalho e suas principais ocupações no mercado capitalista?

Assim, o que se pretende é fazer uma leitura de alguns dados do Documento Perfil Sócio-Educativo e Econômico<sup>2</sup> do educando da EAJA, com enfoque na questão do trabalho, com o objetivo de contribuir no entendimento de questões peculiares a estes jovens que

---

<sup>2</sup> Documento elaborado pela Divisão de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos.Documento anexo.

buscam continuar seus estudos e trabalhar, bem como na construção de propostas dos cursos de PROEJA.

Para tanto elegemos, como objeto de estudo e coleta de dados, o Documento Perfil Sócio-Educativo e Econômico, aplicado aos alunos de 4ª e 8ª séries, em outubro de 2008, durante processo de avaliação da aprendizagem, realizado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia com os alunos da EAJA, das séries mencionadas.

Dessa forma, será utilizado, como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica e documental. Os dados coletados neste perfil, ainda, não receberam nenhum tratamento analítico por parte da Divisão de Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos (DEF- AJA) da SME e não foi feito, também, contato entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa.

O acesso aos questionários foi feito por meio do Núcleo de Apoio a Pesquisas (NAP), da SME. A EAJA é frequentada por sujeitos com idade variando de 15 a 80 anos ou mais. O recorte por idade foi feito pelo NAP, totalizando aproximadamente 1500 fichas, entre as quais, 366 foram tabuladas para este estudo.

No ano de 2008, a Rede Municipal de Educação atendia a EAJA em 90 escolas, distribuídas nas cinco Unidades Regionais de Educação (UREs), nas regiões de Goiânia. Este trabalho envolveu 30% das escolas de cada URE, sendo 06 (seis) da URE Jarbas Jaime: Escola Municipal Abrão Rassi, EM. Drº Nicanor, EM. Georgeta, EM. Laurindo Sobreira, EM. Monteiro Lobato e EM. Osterno Potenciano; 05 (cinco) da URE Central: EM. Alice Coutinho, EM. Bom Jesus, EM. Coronel Getulino Artiaga, EM. João Clarimundo e EM. Pedro Costa de Medeiros; 06 (seis) da URE Brasil de Ramos: EM Coronel José Viana, EM. Bernardo Elis, EM. Coronel José Viana, EM. Dona Angelina, EM. Geralda de Aquino e EM. Jardim Nova Esperança, 06 (seis) da URE Mª Helena Batista Bretãs: EM. Alonso, EM. Dona Belinha, EM. Marcos Antônio, EM. Nova Conquista, EM. Profº Aristoclides e EM. Rui Barbosa e 04 (quatro) da URE Mª Thomé: EM. Vila Rosa, EM Zevera Vecchi, EM. Targino de Aguiar.

Estas escolas foram escolhidas, aleatoriamente, tendo como único critério o atendimento a turmas do primeiro e segundo segmento.

Existe, portanto, uma expectativa de que os dados deste documento possam contribuir, de fato, para a elucidação das questões apresentadas à luz de referenciais teóricos, ou mesmo contribuir no levantamento de novas hipóteses e problemas que possam ser estudados por outros pesquisadores da área.

No primeiro capítulo serão apresentados os desafios de integração entre a EJA e a Educação Profissional, com enfoque nas políticas implementadas ao longo da história nestas modalidades. ■

No segundo, serão apresentados a leitura e diálogo com os dados do documento Perfil Sócio-Educativo e Econômico.



## CAPITULO 1

### **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO.**

Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Profissional (EP) são sujeitos, para os quais, ao longo da História da Educação Brasileira, foram pensadas e implementadas, pelo Estado, campanhas de erradicação do analfabetismo, projetos de alfabetização, entre outros, sem compromisso político com a continuidade de sua escolarização, bem como cursos de formação profissional, para os trabalhadores, direcionados, exclusivamente, para o mercado de trabalho e muitas vezes, elaborados pelos próprios empresários, visando atender muito mais a uma necessidade do sistema capitalista do que garantir a efetivação do direito à educação.

No Brasil, tanto a EJA quanto a Educação Profissionalizante quase não aparecem nos estudos historiográficos do período colonial e início do imperial, uma vez que o “olhar” dos historiadores, neste período, estava mais voltado para o tipo de educação destinado às elites.

Os poucos estudos deste período fazem menções à educação jesuítica. Estes desempenharam o papel de catequizadores, ou seja, de transmissores dos princípios religiosos da igreja católica, à população indígena e escrava e administraram, também, as primeiras “escolas”, ensinando ofícios aos indígenas e, mais tarde, aos escravos. Freitag (1986) esclarece como a educação jesuíta contribuiu, na sedimentação da ideologia dominante neste período:

“Os colégios e seminários dos jesuítas foram desde o início da colonização os centros de divulgação e inculcação do cristianismo e da cultura européia, ou seja, da ideologia dos colonizadores. Sua função consistia em subjugar pacificamente a população indígena e tornar dócil a população escrava. (...) utilizando- se também da escola, auxiliou a classe dominante, da qual, participava, a subjugar de forma pacífica as classes subalternas às relações de produção implantadas”..(FREITAG p.46-47)

Evidencia-se nesta citação, que as atividades educacionais eram, neste período, organizadas de forma que pudessem contribuir para a perpetuação da dicotomia trabalho manual-intelectual.

Em relação à educação de jovens e adultos, desde a Constituição de 1824, que esta aparece como um direito, uma vez que esta carta Magna já rezava a garantia de instrução primária para todos. No entanto, como garantir instrução primária a todos, se ainda vivíamos numa sociedade de base escravista, na qual se proibia ao cativo o direito à instrução? Neste aspecto esta Constituição nos recorda a idéia de Democracia para os atenienses na Grécia Antiga. Estes afirmavam que o poder estava nas mãos de todo o povo, no entanto, o direito à cidadania estava restrito aos cidadãos, grupo que representava apenas 10% da população.

Fica evidente o fosso entre o prescrito na Constituição brasileira de 1824, e as bases concretas para a sua efetivação. Percebe-se que, do ponto de vista da implementação de políticas que garantam a efetivação deste direito, apesar dos avanços, muito ainda resta a ser conquistado.

Já o ensino profissionalizante, no império, ficou a cargo ora das associações religiosas e filantrópicas, ora do próprio Estado. Destaca-se que a EJA e a EP, desde o período colonial, vêm sendo palco de mudanças e reformas atreladas a um projeto maior, que busca atender as demandas do sistema produtivo. Conforme Manfredi (2002)

Desde o período colonial, quando um empreendimento manufatureiro de grande porte, por exemplo, os artesanais da Marinha – exigiam grande aporte de mão de obra – não disponível – o Estado envolvia o trabalho e a aprendizagem compulsória, ensinando ofícios aos menores dos setores mais pobres e excluídos da sociedade: os órfãos, os abandonados, os desvalidos. (MANFREDI. p.76)

A proclamação da república (1889), a extinção da escravatura (1888) e, ainda, as mudanças relacionadas diretamente à economia, com o surgimento da burguesia industrial colocam novas exigências à educação. Assim, o sistema educacional escolar e a educação profissionalizante, a partir de 1930, ganham novos contornos, passa a preparar não somente os pobres e desvalidos, mas, também, os moradores das crescentes cidades, para atuarem nas nascentes indústrias, como trabalhadores assalariados.

O trabalho no setor de indústrias necessitava de uma força de trabalho mais qualificada e diversificada do que a utilizada na produção cafeeira e ou açucareira.

■  
A classe até então hegemônica dos latifundiários cafeicultores é forçada a dividir o poder com a nova classe burguesa emergente. (...) Vargas assume o poder em 1930, implantando, em 1937, o Estado Novo, com traços ditatoriais.(...) É criado pela primeira vez, em 1930, um Ministério de Educação e Saúde.Estabelece a nova Constituição de 34 (Art.150ª) a necessidade da elaboração de um plano Nacional de Educação que coordene e supervisione as atividades de ensino em todos os níveis. São regulamentadas (também pela primeira vez) as formas de financiamento da rede oficial de ensino em quotas fixas para a Federação, os Estados e Municípios(Art.156), fixando-se ainda as competências dos respectivos níveis administrativos para os respectivos níveis de ensino. (Art.150).Parte substancial dessa legislação do ensino é absorvida pela nova Constituição de 1937.É introduzido o ensino profissionalizante, previsto antes de mais nada para as classes “menos privilegiadas”(Art.129).(…) Já um ano após a promulgação da Lei, são implantadas, por ordem do governo central, escolas profissionalizantes (liceus) em Manaus,São Luiz,Vitória, Pelotas, Goiânia, Belo Horizonte e Rio de Janeiro(...) ( FREITAG.p.50 e 51).

A partir de 1940, pressionados por organismos internacionais, principalmente a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO), mas também por uma parcela da população urbana, que se organizava e reivindicava seus direitos, é que se delineia no Brasil, uma educação para os adolescentes e adultos analfabetos. Segundo Haddad (1991) somente a partir de 1940, o Estado brasileiro realizou, de fato, ações no sentido de propiciar escolarização aos que dela se encontravam excluídos, “é nessa década que começou a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população”.

Novamente, a repercussão das transformações políticas e econômicas sobre as políticas educacionais. Para o desenvolvimento industrial do país era necessário que os futuros trabalhadores fossem alfabetizados e recebessem educação básica, como, também era necessário que fossem qualificados e treinados para o trabalho industrial. Neste aspecto, Ventura (2007) assinala sobre a disputa por poder:

Em 1935, o Ministério da Educação, a partir de uma concepção mais orgânica do ensino profissional, propôs a eliminação das diferenças entre trabalho manual, industrial e agrícola, por meio da obrigatoriedade do ensino profissional, da possibilidade de estendê-lo as escolas profissionais de nível médio, e até propondo a criação da Universidade do trabalhador. Por outro lado, o Ministério do Trabalho, a partir de uma visão mais pragmática, preocupada em atender as necessidades mais imediatas das indústrias, propunha cursos profissionalizantes isolados vinculados diretamente a este Ministério; pretendia, também, repassar os custos aos industriais, enquanto que o Ministério da Educação defendia a criação de um órgão burocrático federal para controlar o sistema de ensino profissional em todo o País. (VENTURA p.18 e 19)



Com este embate entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Trabalho (MTB) foram criados paralelos ao sistema educacional público, federal e estadual, órgãos, entre os quais, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAEC), em 1946, com o objetivo de qualificar os trabalhadores.

O que não pode ser desconsiderado é que já era defendido, por estudiosos e por alguns movimentos, o projeto de um ensino secundário unificado, sem a separação entre trabalho manual e intelectual. No entanto, esta dualidade entre educação básica e educação profissionalizante irá persistir e até fortalecer até a década de 70. Prova disso é a implementação do Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra (PIPMO), que objetivava formação rápida para atender às grandes demandas, surgidas com o projetos nacionais dos governos militares. Em 1971, por meio da Lei 5.692/71, o governo militar instituiu, segundo Manfredi (2002), a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário.

Porém, esta lei não vingou, haja vista a inexistência de condições concretas para sua efetivação. A rede federal conseguiu desenvolver projetos de qualidade. As dificuldades foram maiores nas redes estaduais e municipais, entre outros fatores, devido à amplitude de seu atendimento e à falta de investimento.

De 1940 à primeira década do séc. XXI, o movimento da história permitiu perceber a influência dos organismos internacionais, dos interesses econômicos da classe dominante brasileira, mas, também dos movimentos sociais, sobre a tessitura das políticas educacionais, destinadas aos jovens e adultos, bem como sobre as políticas de educação profissionalizante.

Merece destaque, o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, ocorrido em 1958. Neste encontro, além de discutir sobre o direito dos adultos à educação, surgem as primeiras discussões sobre os processos educativos e sobre a formação humana deste.

Paulo Freire exerceu significativa importância neste processo de discussão e construção de práticas alternativas que valorizem o educando, vendo-o como sujeito, construtor de conhecimento, e não apenas como um depósito de conhecimentos transmitidos pelo educador.

Outras iniciativas merecem destaque, enquanto movimentos que desenvolvem experiências alternativas de EJA, entre os quais o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento de Cultura Popular (MCP).

É neste contexto que surge o conceito de cultura popular e os primeiros estudos que vêem a educação de jovens e adultos como possibilitadora de mudança social.

A educação popular tem como marco para sua origem as décadas de 50 e 60. Esta surge no seio dos movimentos sociais como uma forma de resistência às campanhas, projetos, políticas e modo de desenvolvimento sócio-político-econômico adotado.

Em relação à educação popular é importante percebermos que embora tenha surgido na contramão da história oficial, tem, ao contrário da maioria das campanhas e projetos oficiais, perdurado até os nossos dias, influenciando práticas e propostas inovadoras, principalmente na EJA.

Manfredi (1980) coloca que os estudos de Gramsci possibilitam analisar, a educação popular, enquanto processo, ou seja, enquanto espaço de embate ideológico, capaz de gerar uma concepção de mundo coerente com os interesses da classe dominada ou subalterna.

Nesta perspectiva muitos educadores, pesquisadores e movimentos começam a questionar as políticas educacionais e propor uma educação de caráter emancipatório.

Nos anos 1960 e 1970, e porque não dizer que até os nossos dias, ganha força, neste embate ideológico, a teoria do capital humano, que perpassa pelos projetos desenvolvimentistas de diversos governos, para os quais a educação deve estar atrelada aos interesses do mercado. A educação é vista como componente básico para a promoção do desenvolvimento.

Ao longo deste período, projetos variados vêm sendo implementados na EJA e na EP, por segmentos diferentes da sociedade e com objetivos diversos. Em alguns casos, comprometidos com o direito do cidadão à vida digna, à cidadania, à participação política, ao acesso à informação, à cultura, à preparação para o mundo do trabalho, em outros, atendendo única e exclusivamente ao apelo do mercado de trabalho.

Os sujeitos da EJA, do período colonial aos nossos dias, apesar do movimento da história, se encontravam e encontram às margens da sociedade capitalista. São quase sempre, oprimidos, pobres, sem terra, sem teto, desempregados, trabalhadores em condições de

extrema exploração, são pessoas cuja condição humana e possibilidades de desenvolvimento continuam, ao longo de séculos, quase as mesmas.

Neste aspecto, merece destaque os subgrupos de pertencimento étnico-raciais, os índios e negros que se encontram em profunda desvantagem nesta escalada da exclusão, mas que têm buscado, a partir de diversas organizações, garantir seu espaço nas políticas educacionais.

Nesse grupo, inserem-se os jovens trabalhadores da EAJA, os quais pretende-se discutir neste trabalho. Os jovens passam a ocupar as salas de EJA, a partir dos anos 90, processo este reconhecido como “juvenilização da EJA”.

Os jovens são as principais vítimas do atual modelo de desenvolvimento econômico, formando, assim, uma grande massa de desempregados e ou de pessoas que vivem em condições precárias de trabalho e exploração.

Especificamente na EAJA da Rede Municipal de Goiânia, nas turmas de 5ª à 8ª séries, em 2006, num total de 11.012 alunos, 6.317 possuíam entre 15 e 24 anos. O que corresponde à 57% dos educandos deste atendimento (Goiânia, 2008)

Eles caracterizam um novo perfil na EAJA. Entender quem são, suas histórias de vida, como chegaram à EAJA, se estão ou não inseridos no mercado de trabalho e em que condições encontram-se inseridos, é requisito para construção de currículos, onde o jovem possa aprender a partir de conteúdos relevantes, que tenham sentido para eles.

Também, é importante, uma análise mais atenta das políticas educacionais e de EP, destinadas a eles, haja vista que são jovens trabalhadores. A constituição e a trajetória da EJA e da EP no Brasil possuem duas características comuns: são destinadas às classes dominadas, ou seja, à classe trabalhadora e, em segundo lugar, o fato destas constituírem-se quase sempre paralelas ao sistema regular. No atual contexto, os jovens da EJA, marcados por especificidades culturais, sociais e econômicas, têm se incorporado nesta modalidade mais por necessidade que por opção. Oliveira (2005) destaca sobre estes jovens:

(...) o jovem, incorporado ao território da antiga educação de adultos relativamente a pouco tempo, não é aquele com uma escolaridade regular, (...) ele é também um excluído da escola, porém geralmente incorporado aos cursos supletivos em fases mais adiantadas de escolaridade (...) É bem mais ligado ao mundo urbano, envolvido em atividades de trabalho e lazer mais relacionadas com a sociedade letrada, escolarizada e urbana. (OLIVEIRA p.59)

No Brasil, as políticas educacionais implementadas na EJA e EP estiveram e estão, quase sempre, atreladas às necessidades de qualificação e diversificação da mão de obra do trabalhador. No entanto, não se pode desconsiderar a ação da sociedade civil organizada por meio de associações, movimentos sociais, sindicatos, entre outros, no sentido de interferir e promover mudanças nessas políticas.

O Conselho Nacional de Juventude tem apontado, como um dos desafios, que as políticas de educação e trabalho se articulem, visando o desenvolvimento integral do jovem, no entanto, considerando as suas necessidades de formação cultural e de acesso ao lazer, como direito.

Exemplos significativos de ações da sociedade civil, a partir dos anos 90, são os espaços de discussão sobre estas modalidades, que vêm se fortalecendo, bem como a tentativa de diálogo entre EJA e EP, nos mesmos. Nestes espaços de discussão, socialização de experiências e formulação de propostas, a influência de Paulo Freire, dos movimentos sociais e sindicais, se fazem presentes.

Destaca-se os Movimentos de Alfabetização de Adultos (MOVAs), Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAs), Central Única dos trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Fóruns estaduais de EJA, entre outros. Nestes, a EJA é discutida numa perspectiva ampliada, compreendida não só enquanto Ensino Formal, mas, também, como Educação Popular desenvolvida nos e pelos Movimentos Sociais, como luta pelo direito à cidadania, à formação para o trabalho, enfim, às políticas que envolvam o ser humano, em todas as suas dimensões.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e a CUT, têm buscado enfrentar as propostas neoliberais, implantadas com maior ênfase a partir dos anos 90, por meio de propostas alternativas e inovadoras que se fundamentam numa visão do trabalho, enquanto princípio educativo.

(...) a construção de uma proposta de educação integral dos trabalhadores foi um desafio que a CUT se propôs a enfrentar, visando superar a histórica dicotomia entre educação profissional e ensino propedêutico.(...) a atuação da CUT na educação dos trabalhadores (...) faz parte da luta pela participação nas definições das políticas públicas como parte integrante da luta pela efetiva democratização do Estado.  
(MIRANDA, et al, p.14)

As mudanças vivenciadas na forma de organização do sistema produtivo, entre as quais podem ser citados os avanços tecnológicos, a acumulação flexível do capital, da produção, do trabalho e do mercado, especialmente a partir das últimas décadas do séc XX e início do XXI, afetam, diretamente, o trabalhador brasileiro. O jovem e o adulto sem escolarização, que no Brasil em pleno século XXI ainda não teve efetivado um direito que lhe é garantido na atual Carta Magna e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional (LDBEN) <sup>3</sup> é ainda mais afetado.

Conforme está explícito, tanto na Constituição quanto na LDBEN, é papel do Estado desenvolver políticas educacionais que visem, entre outras atribuições, qualificar o educando para o trabalho. O que persiste, no entanto, é a dualidade entre a educação geral e a educação profissional. O Brasil conta atualmente, segundo dados do IBGE, com uma população, acima de 15 anos não alfabetizada, de 14.391.000, o que corresponde à 10,38% de sua população. Esta realidade fica ainda mais alarmante quando se observa as pessoas com mais de 15 anos, que possuem menos de 04 anos de escolaridade.

Esse quadro é consequência deste histórico de exclusão social e de desvalorização da educação como um direito de todos. Estes brasileiros, com mais de 15 anos de idade e sem escolarização, se encontram desprovidos das condições mínimas de acesso a uma vida digna. Em relação ao mercado de trabalho, alguns se encontram atuando em atividades insalubres, nos subempregos, muitas vezes, em situação de desumanização.

O crescimento da economia, o aumento da produtividade e o fortalecimento do neoliberalismo, têm gerado fortes impactos sobre a educação e a sociedade. Falando sobre o neoliberalismo Andersom (1995), assim se expressa:

Economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestabilizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual

---

<sup>3</sup> Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

Art.1º- A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, LDB 9.394 de 24 de dezembro de 1996).

seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de se adaptar às suas normas. (ANDERSON, 1995, P.23).

Neste contexto neoliberal, as políticas educacionais têm sido pensadas a partir do discurso da modernização educativa, da diversificação, da flexibilidade, da competitividade, da produtividade, da eficiência e da qualidade dos sistemas educativos, ou seja, de adequação às exigências do mercado, uma vez que o sistema produtivo, antes baseado no taylorismo-fordismo cede lugar a um novo modelo que necessita de trabalhadores com “habilidades e competências, para atuarem no mercado globalizado”.

Entretanto, a política neoliberal não é geradora de emprego. Ao contrário, é geradora de exclusão social. Não existe emprego para todos, nem mesmo aos que possuem curso superior, tamanha é a concorrência.

Vieira (2007), em estudo realizado pelo economista Marcio Pochmann, revela que o Brasil, nos anos de governo Fernando Henrique Cardoso, apresentou a segunda maior população de desempregados do mundo (11, 454 milhões de pessoas), perdendo apenas para a Índia. Em 1980, tinha 1,7% do desemprego mundial, passando para 7%, em 2000.

Neste sentido, os jovens não alfabetizados e ou com baixa escolarização são, sem sombra de dúvidas, ainda mais afetados por estas transformações.

O Brasil inicia o século XXI com velhos problemas e com o desafio de gerar, criar condições para que estes sujeitos continuem vivendo e que possam viver com dignidade, uma vez que buscam, constante e desesperadamente, pelo primeiro emprego ou por um novo emprego. Estes, tendo em vista a hegemonia do pensamento neoliberal se culpam por não ter qualificação e, quando possível, procuram por meio da escola alcançar uma chance no mercado de trabalho.

Neste início de século XXI, no Brasil, apesar da política neoliberal, é possível perceber alguns avanços no sentido de diminuir as disparidades entre as classes. De acordo com o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Márcio Pchaman, com a expansão da economia nacional em torno de 5%, o Brasil, sob o governo Lula, passou a gerar 2,5 milhões de empregos ao ano, em contraste fragante com o governo anterior.

■  
O panorama até aqui descrito demonstra a necessidade de que as políticas educacionais, na modalidade de EJA, sejam integradas<sup>4</sup> às políticas de formação profissional, como um mecanismo de inclusão dos historicamente excluídos.

Entretanto, somente uma formação com base na construção de uma visão crítica em relação ao trabalho e ao grau de exploração em que estão mergulhados os detentores da força de trabalho, poderá de fato contribuir na construção de uma sociedade menos desigual.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído por meio do Decreto de Nº 5.478/2005, substituído posteriormente pelo de Nº 5.840/2006, tem como um de seus principais desafios articular e integrar a educação de Jovens e adultos à de formação profissional, haja vista terem sido estas historicamente desarticuladas.

Algumas experiências já vêm sendo desenvolvidas pelos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia. Cabe a educadores e pesquisadores da educação, juntamente com movimentos sociais, secretarias estaduais e municipais de educação, sindicatos, universidades, IFs, Fóruns de EJA, entre outros, o papel de discutir as possibilidades e limites deste programa, uma vez que as políticas de EJA e EP são marcadas por lutas sociais e pela produção de artigos e pesquisas que procuram contribuir na formulação e efetivação de políticas públicas.

Assim, o PROEJA, enquanto “política em construção”, segundo Documento Base (2007), poderá, ao contrário de outros projetos que seguiram como modelos inalterados, sofrer as alterações que estes atores, após diálogos e discussões apresentarem, e se constituir de fato, como política pública.

---

<sup>4</sup> Ver Ciavatta – A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. A discuti o que pode vir a ser formação integrada. Defende a superação da dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual na formação do trabalhador e o acesso à educação geral. Para isto, utiliza o conceito de trabalho como princípio educativo. A idéia de integração proposta aponta para a superação da fragmentação do conhecimento que foi introduzida na escola, tendo por base um modelo de produção que exigia um trabalhador fragmentado. A formação integrada propõe a emancipação que só é possível na totalidade das relações sociais.



## **CAPITULO II**

### **O JOVEM TRABALHADOR DA EAJA**

Os jovens da Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adulto (EAJA) da Rede Municipal de Educação (RME) de Goiânia, encontram-se matriculados no Ensino Fundamental Regular, sendo que a maioria frequenta a escola no período noturno. A RME possui também atendimento no diurno. Neste capítulo pretende-se, a partir dos dados sistematizados do questionário perfil sócio- econômico e cultural dos alunos da EAJA de 1ª e 8ª séries, fazer um levantamento e uma descrição da situação educacional e ocupacional deste jovem trabalhador da EAJA.

Apesar de ser a temática da juventude um assunto do nosso interesse e de suma importância, não é intenção deste trabalho discutir o conceito de juventude, uma vez que várias áreas do conhecimento o tem feito, abordando-o sob diferentes olhares, que se complementam.

Aqui, o olhar volta-se para o jovem do grupo etário entre 15 e 24 anos, integrante da categoria juventude, da EAJA, que trabalha ou que está buscando inserir-se no mercado de trabalho, que está concluindo o primeiro ou o segundo segmento<sup>5</sup> do Ensino Fundamental. Eles vivenciam compromissos e responsabilidades da vida adulta e, ainda, apresentam trajetória de vida permeada por singularidades e especificidades as mais diversas.

Conforme a tabela 1, percebe-se que os jovens, com idade entre 15 e 24 anos, concentram-se no segundo segmento do Ensino Fundamental, uma vez que, do universo

---

<sup>5</sup> Primeiro segmento: 1ª a 4ª série. Segundo segmento: 5ª a 8ª série.



pesquisado de 366 educandos, 333 educandos encontram-se na 8ª série. Outro dado que chama a atenção nesta tabela é que 202 educandos, ou seja, 55,2% do total estão concluindo o ensino fundamental, com idade entre 15 e 17 anos.

**Tabela 1**

Jovens da EAJA, de 15 a 24 anos de 4ª e 8ª série. Goiânia 2008			
Idade	4ª Série	8ª Série	Total
15 – 17	17	202	219
18 – 24	16	131	147
Total	33	333	366

Fonte: adaptado pela autora de: NAP – Núcleo de Apoio e Pesquisa da SME de Goiânia.

Estes números demonstram que estes jovens estão sendo “empurrados” ou indo para a EAJA, nas séries finais do segundo segmento. Isto se dá pelos mais diversos motivos, que variam desde a necessidade de trabalhar, inadequação do ensino diurno, histórico de repetência, sensação de liberdade, flexibilidade, a possibilidade de avanço, desmotivação com a escola, descompromisso do sistema com os alunos que passam dos 14 anos, até o número insuficiente de escolas para realizar este atendimento, entre outros.

Um desafio que se coloca frente a estes dados, às escolas, aos educadores e às equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação, é a necessidade de diálogo constante entre as diversas formas de atendimento, no sentido de se garantir políticas educacionais nas outras modalidades e também na EAJA, principalmente no diurno, que garantam o atendimento aos educandos na faixa etária entre os 14 e 18 anos.

Brunel (2004), chama a atenção para a impossibilidade de se analisar a presença do jovem na EJA, somente por um ângulo. Para ela, os fatores emocionais, culturais, sociais, econômicos e cognitivos, necessitam sere considerados, bem como a relação entre eles.

O primeiro projeto da SME de Goiânia, no sentido de discutir esta modalidade e de perceber os seus sujeitos como produtores de conhecimento e com características e especificidades próprias, iniciou-se em 1992, com o Projeto AJA- Projeto de Experiência Pedagógica de 1ª a 4ª séries para Adolescentes, Jovens e Adultos. Assim, neste período já era percebida, por profissionais da RME, a necessidade de ações pedagógicas que garantissem a permanência destes educandos, adolescentes, jovens e adultos, no processo de escolarização.

A partir de 2001, todo Ensino Noturno passou a denominar-se Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos, uma vez que os sujeitos atendidos neste turno possuíam características e trajetórias de vida de alunos desta modalidade.

Este processo que se inicia em 1992, culmina em 2001 com a implantação da Divisão de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (DEF-AJA), com o objetivo de pensar e articular políticas específicas para a EAJA. É, também, a partir deste período que se propaga, com maior ênfase, por meios de documentos específicos para esta modalidade, o que é a EJA e a quem ela se destina.

Em 2002, como parte de um processo iniciado em 1999, surge o Fórum Goiano de EJA, que congrega várias instituições e movimentos comprometidos com a EJA no Estado de Goiás. A SME de Goiânia, por meio da DEF-AJA, participa ativamente deste processo e envolve vários professores da RME, neste movimento. As discussões e encontros promovidos por este fórum contribuem para o entendimento das especificidades da modalidade EJA e para o fortalecimento na RME da EAJA, como direito.

Assim, a partir de 2002, quando a DEF-AJA, juntamente com o Departamento de Administração Escolar (DAE), da SME de Goiânia, passa a fazer o levantamento<sup>6</sup> do número de educandos da EAJA, por idade, constata-se numericamente uma presença maciça de educandos jovens, neste atendimento.

No entanto, verifica-se também que o número de jovens vem diminuindo nesta modalidade, em Goiânia. Dados do DAE nos revelam que num decréscimo constante, o percentual de educandos matriculados com menos de 25 anos diminuiu de 58,5%, em 2003, para 49,6%, em 2009. A SME não possui estes dados por faixa etária, dos períodos anteriores a 2003. Estes dados chamam atenção e nos colocam questionamentos para futuras pesquisas. Para onde estão indo estes jovens? Estão concluindo com êxito o ensino regular? Estão fora da escola? Estão acessando os cursos e exames à distância?

Nos últimos anos o Ministério Público do Estado de Goiás, por meio dos ofícios nº 064/2006 e nº 382/09, tem sido incisivo no sentido de esclarecer e fazer recomendações sobre questões pertinentes à matrícula de menores de 16 anos no Ensino Noturno, onde se concentra o atendimento da EAJA. Neste aspecto, a proposta da EAJA (Goiânia, 2005) atende

---

<sup>6</sup> Ficha preenchida pela escola, semestralmente sob a orientação da DEF-AJA e DAE.

os jovens e adultos, de forma alternativa, tendo em vista as especificidades e necessidades do educando trabalhador<sup>7</sup>.

Segundo a Constituição Brasileira, no art. 7º, inciso XXXIII, até os quatorze anos de idade é proibido qualquer trabalho, mesmo na condição de aprendiz. Dos quatorze aos dezesseis é permitido o trabalho, na condição de aprendiz<sup>8</sup>. No entanto, os dados revelam que a condição concreta vivida por estes jovens é bem diferente do que preconiza a Carta Magna.

O papel de fiscalizar e atuar frente a esta realidade concreta, não é somente da escola. Deixar o jovem adolescente fora desta nem sempre é a melhor saída e nem a medida suficiente para que seu patrão o contrate de acordo com a Lei. No entanto, contribuir para a perpetuação desta situação de exploração, também não parece ser a melhor saída. Conviver com esta realidade se torna, para muitos educadores, angustiante, haja vista que não conseguem ver perspectivas melhores.

Conforme a tabela 2, a grande maioria dos educandos da EAJA, com idade entre 15 e 24 anos, iniciou a escolarização na chamada “idade regular”, ou seja, entre os 06 e 08 anos.

Na faixa etária dos que estão entre 15 e 17 anos, somente 10 educandos, o que corresponde a 4,5%, iniciaram a escolarização com idade entre 9 a 12 anos, enquanto que para os que estão com idade entre 18 e 24 anos, este número sobe para 22, ou seja, 15%.

Nenhum educando iniciou o processo de escolarização com mais de 18 anos. Isto nos leva a acreditar que estes jovens não fazem parte, da parcela dos educandos da EAJA, que não tiveram acesso ao processo de escolarização na chamada idade regular.

**Tabela 2**

Idade de início da escolarização do jovem, por idade. Goiânia 2008					
Idade de alunos	6 – 8 anos	9 – 12 anos	13 – 18 anos	Mais de 18 anos	Ñ informou
15 – 17	185	10	04	-	20

<sup>7</sup> 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª Organização Alternativa: 600hs presenciais e 200hs de atividades complementares.

5ª a 8ª série: 700hs presenciais e 100hs de atividades complementares.

<sup>8</sup> Art. 7º. ...

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (CF, 1988).

18 – 24	114	22	03	-	08
Total	299	32	07	-	28

Fonte: NAP – Núcleo de Apoio e Pesquisa da SME de Goiânia.

Em relação à interrupção dos estudos, 90 jovens afirmaram ter parado de estudar uma vez, 37 duas vezes, 46 várias vezes, e 13 não informaram a quantidade de vezes que pararam. Os jovens com idade entre 18 e 24 anos possuem a trajetória escolar com maior incidência de interrupção. Parte significativa destes jovens afirma ter iniciado o processo de escolarização na idade regular e não ter interrompido os seus estudos, o que indica que pertence ao grupo de educandos que são excluídos do processo ensino - aprendizagem na escola.

**Tabela 3**  
Quantidade de vezes que o Jovem da EAJA parou de estudar . Goiânia 2008

Idade	Nunca Parou	Parou uma vez	Parou duas vezes	Parou várias vezes	Não informou
15 – 17	133	48	20	11	07
18 – 24	27	42	37	35	06
Total	160	90	57	46	13

Fonte: Adaptado pela autora de NAP – Núcleo de Apoio e Pesquisa da SME de Goiânia.

Em relação ao tempo para dedicar-se aos estudos fora da escola, 52,96%% dos educandos, com idade entre 15 e 17 anos, afirmaram tê-lo e 47,03% não possui tempo para estudo fora do horário de aula. Dos educandos, com idade entre 18 e 24 anos, 27,21% possuem tempo para estudar fora do horário de aula, enquanto 72,78% não o possuem.

**Tabela 4**  
Possui tempo para estudar fora da escola. Goiânia 2008

Idade	Sim	Não	Não informou	Total
15 – 17	116	103	–	219
18 – 24	40	107	–	147
Total	156	210	–	366

Fonte: Adaptado pela autora de NAP – Núcleo de Apoio e Pesquisa da SME de Goiânia.

Quando se fala do trabalho pedagógico com a EJA, a maioria dos professores descreve o prazer que é trabalhar com adultos que sabem o que querem, uma vez que já possuem maturidade e responsabilidade, qualidades estas que não são, na maioria das vezes, atribuídas aos jovens.

A chegada dos jovens na EAJA ou a percepção da chegada destes jovens na educação de jovens e adultos, como sujeitos que mostram que têm “sede e fome” de algo diferente das práticas tradicionais, provoca, no interior da escola, um certo desconforto, uma vez que estes representam novos anseios, inquietudes, insatisfações, esperanças, angústias e, portanto, desafios e problemas para a escola.

Conforme Carrano (2008 p.103), a presença dos jovens nas salas de aula provoca um clima de espanto e perplexidade, haja vista o desconhecimento dos espaços e culturas destes jovens. Em alguns casos, os professores “sentem um certo incômodo revelado perante sujeitos que emitem sinais pouco compreensíveis e parecem habitar mundos culturais entendidos, como social e culturalmente pouco produtivos para a escolaridade”.

No entanto, como já dizia Paulo Freire (2008) e insistem estudiosos da temática da juventude, o diálogo, a capacidade de ouvir e de refletir sobre as diversas trajetórias de vida dos jovens da EAJA é um caminho possibilitador de um “novo” fazer pedagógico, onde as “fomes e sedes” destes jovens, se não podem ser saciadas, poderão, ao menos, ser discutidas e levadas em consideração na construção das propostas curriculares.

Assim, aos educadores de EJA é imprescindível estarem atentos no cotidiano de sua prática pedagógica, à necessidade do diálogo, do respeito e da pesquisa, como meio de conhecer e compreender este jovem, numa dimensão mais ampla do que aquela captada superficialmente na sala de aula

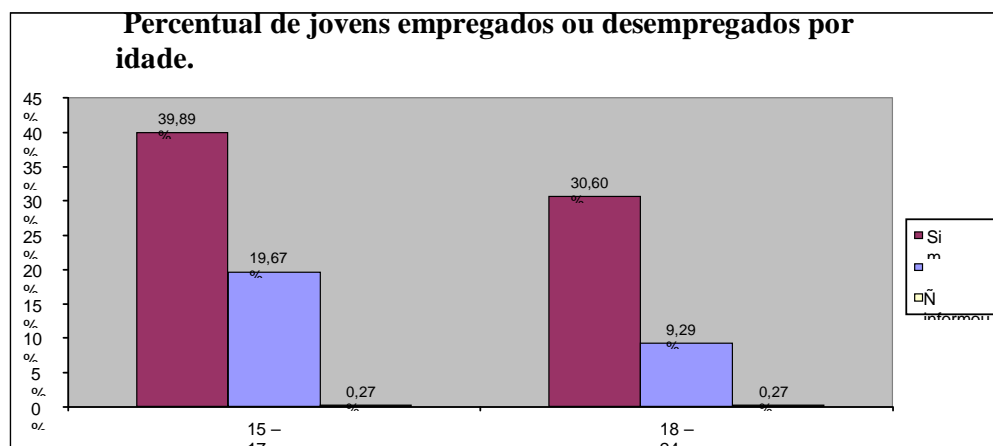
Parto do princípio de que muitos dos problemas que os educadores enfrentam nas muitas salas de aula e espaços escolares deste país com os jovens alunos têm origem em incompreensões sobre os contextos não escolares, os cotidianos e os históricos mais amplos, em que esses estão imersos. Dito de outra forma, cada vez mais é improvável que consigamos compreender os processos sociais educativos escolares, se não nos apropriarmos dos processos mais amplos de socialização. (CARRANO, 2008, p.106)

Os educandos da EAJA trazem, como elemento significativo na sua trajetória de vida, o trabalho. Acumulam trabalho e estudo. Enfrentam e aprendem, cotidianamente, nas relações que estabelecem no trabalho e na escola.

Carrano (2008. p.108 e 109) nos fala que, “para os jovens das classes populares, as responsabilidades da “vida adulta” chegam enquanto estes estão experimentando a juventude.” Isto é explicitado em estudos realizados em Goiânia, sobre a realidade dos alunos da EAJA, Costa (2008) O Trabalhador – Aluno da EAJA: Desafios no Processo Ensino Aprendizagem e Silva (2004) “Ou Trabalha e Come Ou fica com Fome e Estuda”: o trabalho e a não-permanência de adolescentes, jovens e adultos na escola em Goiânia, sobre os educandos da EAJA. Estes educandos são inseridos no mercado de trabalho em condições precárias, em busca das condições mínimas de satisfação de suas necessidades materiais e ou simbólicas de sobrevivência.

Em relação à categoria trabalho, podemos constatar no gráfico abaixo que de um total de 366 educandos, 258 afirmam estar empregados ou trabalhando, ou seja, 70,49% dos educandos pesquisados estão atuando no mercado de trabalho formal, informal e ou em subempregos. Destes, 146 possuem entre 15 e 17 anos, e 112 entre 18 e 24 anos.

**Gráfico I**



Segundo Relatório de Desenvolvimento Juvenil (2007), 18,9% dos jovens goianos, na faixa etária de 15 a 24 anos, estudam e trabalham. A percentagem nacional é de 17,7%. Na EAJA, no universo pesquisado, esta percentagem é bem maior, ou seja, 70,49%, a grande maioria dos alunos da EAJA, são trabalhadores.

Buscaremos discutir um pouco sobre as condições em que estes alunos estão inseridos no mundo do trabalho o trabalho informal<sup>9</sup>, o subemprego, a desqualificação profissional—o que demonstra a fragilidade destes jovens no mercado de trabalho, no atual modelo de acumulação do capital. Arroyo (2007) chama atenção sobre a necessidade de se estar atentos aos noticiários sobre o mercado de trabalho:

O primeiro traço é o desemprego. Há alguns dias, a imprensa destacou muito uma notícia de que houve aumento de emprego. Todos nós temos que estar muito atentos a esses dados que aparecem na imprensa e até, mesmo, procurar ter acesso aos estudos onde se fundamentam esses dados. O emprego aumentou sim, mas aumentou, sobretudo, na área informal. O trabalho informal triplicou enquanto que o trabalho formal pouco aumentou. Que querem dizer esses dados? Querem dizer que os jovens e adultos da EJA, certamente, estão entre esses que ajudaram a triplicar o trabalho informal. Esses jovens e adultos não estão se incorporando no trabalho formal, por que não há oferta de trabalho formal. Ao contrário, eles têm que sobreviver do trabalho informal. O horizonte para eles, inclusive ao terminarem alguma fase da educação básica, seja o que chamam de quarta série, de oitava série, ou até a educação média, talvez seja o trabalho informal, o sub-emprego, a sobrevivência mais imediata. (ARROYO, 2007, p.7-8).

Em tempos de automatização, de profundas desigualdades, de mudanças no mundo do trabalho, de desemprego, de miséria, de busca pelos direitos básicos, entre os quais educação, saúde e trabalho que, constitucionalmente, são garantidos, mas que na prática vêm se efetivando em passos lentos, a realidade excludente vivida pelo jovem trabalhador da EAJA, se apresenta ainda muito mais gritante.

Estes jovens pertencem à famílias com pouco poder aquisitivo, se encontram em defasagem escolar, não possuem experiência trabalhista o que, portanto, dificulta ainda mais a sua inserção num mercado de trabalho formal, já escasso.

Segundo Carrano, em entrevista ao Instituto Souza Cruz (Observatório Jovem 10/07/2009) “na maioria das vezes em que, escutamos falar em diminuição do desemprego juvenil, é porque houve aumento das ocupações não assalariadas, em geral, precárias e com baixa proteção trabalhista e previdenciária”.

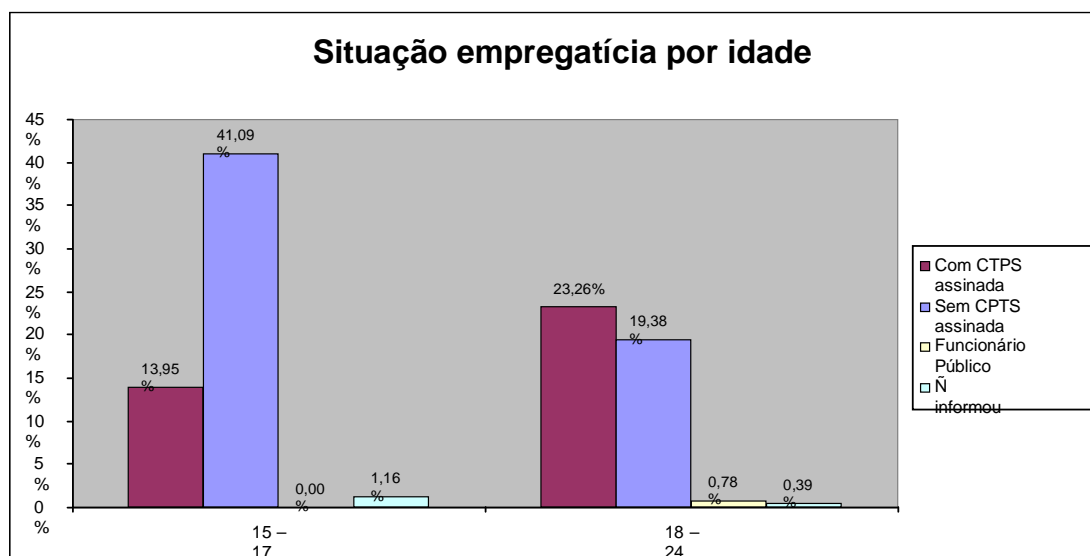
É possível afirmar que os jovens trabalhadores da EAJA encontram mais barreiras para inserção no mercado de trabalho formal e para a conquista do “primeiro emprego.” E são exatamente eles os que mais sentem necessidade da busca de trabalho remunerado. Assim,

---

<sup>9</sup> “O conceito de trabalho informal é um conceito ainda a ser lapidado” (MTE). Aqui é usado para designar o trabalho à revelia dos direitos garantidos na (CLT)- Consolidação das Leis Trabalhistas, acesso a proteção social, seguro desemprego, férias e jornada de trabalho.

pode-se perceber o quadro de dificuldades e necessidades vividas pelo jovem da EAJA no mercado de trabalho. O que lhes resta é atuar no mercado informal, em condições precárias.

**Gráfico 2**



Fonte: Adaptado pela autora de NAP – Núcleo de Apoio e Pesquisa da SME de Goiânia.

Os dados demonstram que estes jovens, trabalhadores da EAJA, estão atuando em ocupações instáveis<sup>10</sup> e sem proteção legal. Do total de educandos que afirmam estarem empregados ou trabalhando, 64,35% o fazem sem carteira de trabalho profissional assinada. Este percentual é de 23,26%, entre aqueles com idade entre 18 e 24 anos e de 41,09, entre os jovens com idade entre 15 e 17anos.

Observando as ocupações, destes alunos no mercado de trabalho conforme a CBO<sup>11</sup>, percebe-se que 38 (trinta e oito) jovens atuam em atividades domésticas como: babá, diarista e empregada doméstica. A grande maioria atua em atividades que não exigem muita qualificação, borracheiro, tapeceiro, entregador de bebidas, manicure, lavador de carros, gogo-boy, entre outros. Trinta e quatro (34) jovens não identificaram sua ocupação, 22 (vinte

<sup>10</sup> Tabela anexa.

<sup>11</sup> CBO - Classificação Brasileira de Ocupações - instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem as relações de trabalho.



■  
e dois) jovens disseram ser auxiliar de ocupações diversas. É interessante perceber que somente 03 (três) jovens declararam estar atuando como menor aprendiz, no Pró -Cerrado<sup>12</sup>.

Chama atenção a atuação de alguns jovens em ocupações, tais como: auxiliar administrativo, caixa, conferencista, estoquista supridor, crediaria, técnico em computação, entre outras, que em classificados e/ou anúncios de empregos, são ocupações para as quais é exigido o ensino médio. Fica explícita a contradição entre o discurso da empregabilidade e as exigências técnicas destas ocupações.

A exigência de escolarização mínima é um mecanismo, por meio do qual se justifica e dissimula a realidade de um mercado que apresenta, cada dia, menos oportunidades de acesso ao emprego. Muitos jovens percebem o grau de exploração a que são submetidos, no entanto, se sentem inibidos e não lutam por seus direitos, uma vez que correm o risco de ficarem sem o trabalho que conseguiram com dificuldades. Alguns nem sequer conhecem os “ainda existentes” direitos trabalhistas e não sabem como acessá-los.

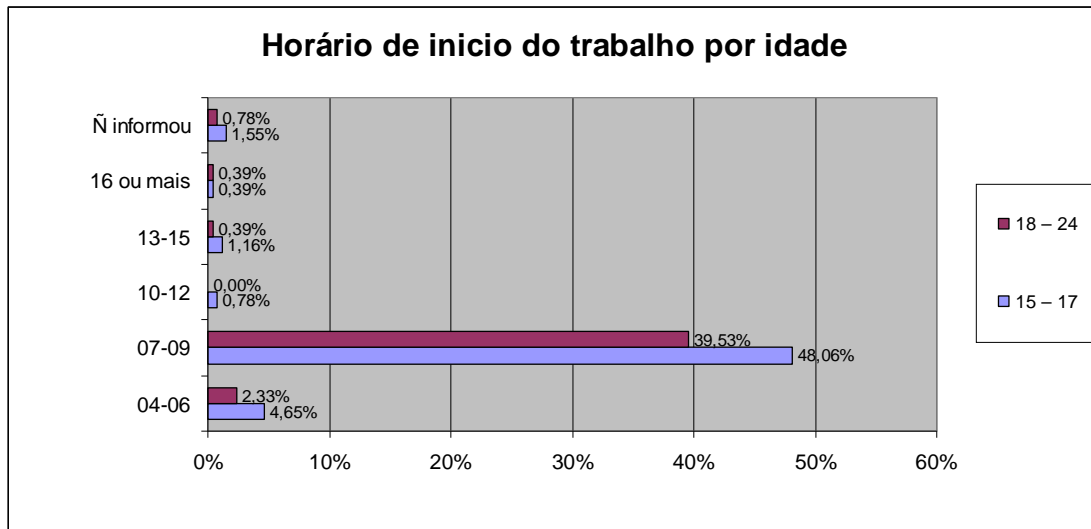
Começam a trabalhar cedo, antes mesmo da idade permitida pela Lei, grande parte em trabalho precário, sem estabilidade, sem direitos, com carga horária de trabalho extensa e em atividades que não exigem escolaridade.

A carga horária de trabalho destes jovens, somada a sua carga horária estudantil, parece não lhes permitir viver outros aspectos da vida, como o lazer, convivência com amigos, acesso à cultura, esporte, entre outros. A impossibilidade de conciliar a carga horária de trabalho extensa e, ainda, a carga horária escolar, contribui para que muitos educandos abandonem a escola.

---

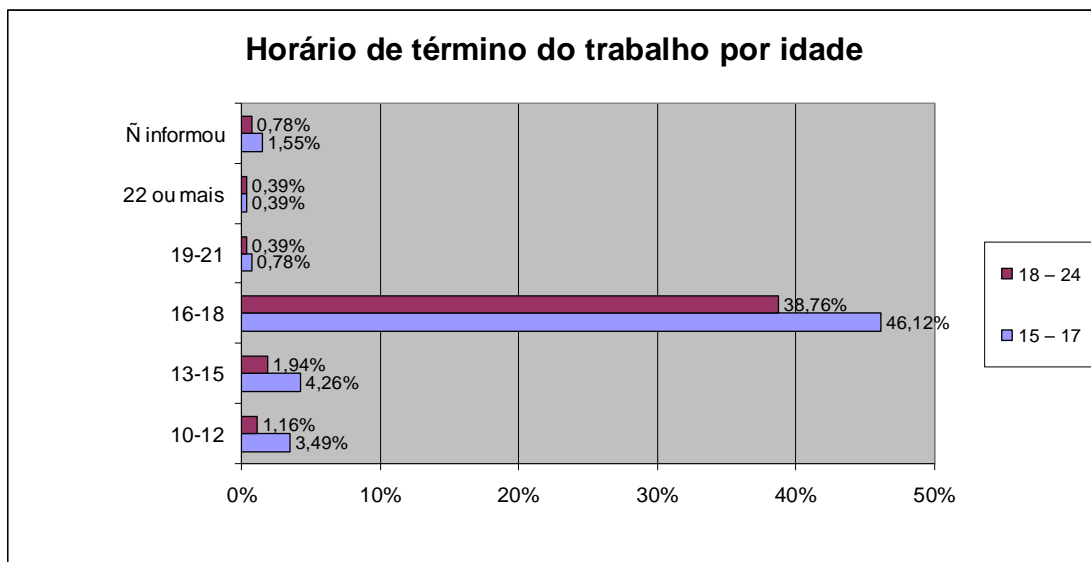
<sup>12</sup> Fundação Pró-Cerrado é uma organização privada e sem fins lucrativa, instituída por autorização da Curadoria de Fundações e Associações, do Ministério Público do Estado de Goiás. <http://buscajovem.org.br/formadores/fundacao-pro-cerrado>

**Gráfico 3**



Fonte: Adaptado pela autora de NAP – Núcleo de Apoio e Pesquisa da SME de Goiânia.

**Gráfico 4**



Fonte: Adaptado pela autora de NAP – Núcleo de Apoio e Pesquisa da SME de Goiânia.

De modo geral, estes educandos iniciam o trabalho entre as 7h e 9h e encerram entre 16h e 18h, portanto, trabalham 40h ou mais semanais e uma média de 8h por dia. Esta percentagem é maior para os jovens com idade entre 15 e 17 anos. Esta carga horária de trabalho, provavelmente, interfere na frequência, na permanência e na aprendizagem deste jovem.

Estes jovens estão inseridos no mercado de trabalho, por motivos diversos, entre os quais: a necessidade de sobrevivência e, de contribuir com a família no orçamento, desejo de independência e de satisfazer as necessidades de consumo, criadas pelo mercado capitalista, entre outros.

Assim, necessitam de políticas públicas que os incentivem a frequentar, permanecer e ter garantido o direito à escolarização e à aprendizagem. Estão acumulando estudo/escolarização com trabalho e, na maioria das vezes, não conseguem perceber vínculo entre o que é trabalhado na escola e a sua realidade.

Embora nem sempre consigam perceber vínculos entre a escola e o trabalho, vêm no conhecimento escolar a chance para melhorar a sua situação no mercado de trabalho ou, em alguns casos, para conseguir trabalho. Contudo, cansados e com sono, estes educandos acreditam e buscam a escola, como alternativa para melhorarem de vida.

Apesar de na EAJA, um percentual significativo de alunos estarem atuando no mercado de trabalho, verifica-se que 64,35% deles encontram-se trabalhando na informalidade, submetidos a uma carga horária pesada. Pode-se dizer que eles têm sonhos de sair da informalidade, do subemprego, de passar num concurso público, e de alcançarem condições de vida melhores do que aquelas nas quais se encontram.

Estes sonhos são legítimos, uma vez que a esperança é um dos valores que nos faz continuar vivendo e lutando. Neste aspecto, comungamos com Freire (1992, p.92) quando este afirma que o “sonho é tão necessário aos sujeitos políticos, transformadores do mundo e não adaptáveis a ele quanto – se me permita a repetição fundamental é, para o trabalhador, que projete em seu cérebro o que vai executar antes mesmo da execução”.

No entanto, se a escola reforça o pensar ingênuo de que a educação escolar lhes garantirá acesso ao emprego estará, única e exclusivamente, servindo à perpetuação das desigualdades e à permanência da condição de explorado do aluno trabalhador EAJA, haja vista não ser ela a geradora nem do emprego e nem do desemprego. Neste sentido, Borges (2007) aponta que:

Contrariando o mito amplamente disseminado nos anos 1990 de que o desemprego decorreria da baixa escolaridade dos trabalhadores, ele se expandiu, apesar da rápida elevação da escolaridade da população, e cresceu mais exatamente entre os trabalhadores com número de anos de estudo maior do que a média da população. Assim, a taxa de desemprego dos que tinham segundo grau completo/ superior incompleto saltou de 10,2% em 1992 para 17,1% em 2005 e a minoria que tem

educação superior passou do quase pleno emprego (taxa qde 2,3%) para uma taxa de desemprego de 7,3%, no mesmo período. Ou seja, no atual modelo de crescimento, a elevação da escolaridade não assegura ao trabalhador a inserção no mercado de trabalho, mas propicia aos empresários a oportunidade de usar trabalhadores mais qualificados para postos mais simples. (BORGES, p.87)

Os dados sobre a situação destes jovens no mercado de trabalho e no processo de escolarização que, no papel, já causam desconforto, indicam na vida social, cultural, educacional e política destes, sérias conseqüências. Diante deste quadro, é inegável a necessidade de se pensar e implementar propostas curriculares que garantam, a estes jovens, uma melhor compreensão sobre o mundo do trabalho e a aquisição mínima de cidadania.

Pode-se aqui perguntar: a escola contribui, no sentido de tornar claro para o jovem que o desemprego não é um problema seu, ou seja, um problema individual, como propagam as atuais políticas neoliberais, por meio da empregabilidade?<sup>13</sup> Discute com os alunos sobre a importância da luta coletiva? Consegue mostrar para eles que, na ótica do capitalismo, isto é normal e que não existe emprego para todos? Dialoga com eles sobre políticas públicas e sobre o modelo de desenvolvimento do Brasil? E o que é fundamental: Será que conseguimos dialogar com estes jovens? Eles são percebidos nas nossas salas de aula?

Athaide et al (2005), ao tratar da questão do jovem e da violência, chama a atenção para a questão da “invisibilidade, geradora de violência, a qual os jovens, principalmente os pobres e negros, são submetidos. Nas salas de aula, às vezes, este jovem trabalhador, submetido a uma carga horária estressante, ao trabalho com características desumanizadoras, inseguro e com baixa remuneração, é só mais um aluno, para quem as aulas já foram preparadas. Assim, sobre a invisibilidade, Athayde esclarece que:

Há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a fome de sentido e de valor; de reconhecimento e de acolhimento; fome de ser – sabendo que só se alcança ser alguém pela mediação do olhar alheio que nos reconhece e valoriza. Esse olhar, um gesto escasso e banal, não sendo mecânico – isto é, sendo efetivamente o olhar que vê – consiste na mais importante manifestação gratuita de solidariedade e generosidade que um ser humano pode prestar a outrem. (...) Esse olhar vê o outro, restituindo-lhe – ao menos potencialmente – o privilégio

---

<sup>13</sup> Na visão de Frigotto (2001), os conceitos de competência, competitividade, habilidades, qualidade total e empregabilidade assumem importância no processo de educação e aparecem como imposição ideológica de sustentação dos valores do mercado e do capital, em detrimento aos valores humanos. Estes conceitos terminam por afirmar, na presente relação de trabalho, a fragmentação, a precarização e a intensificação da exploração do trabalhador. Reforça-se a visão individual de adquirir conhecimentos e condições adequadas tão somente para inserção no mercado de trabalho.

da comunicação, do diálogo, da troca de sinais e emoções, da partilha de valores e sentido, da comunhão na linguagem. (ATHAYDE et al., 2005. p 215- 216)

Costa (2008, p.4-5), em sua dissertação, afirma que nos depoimentos dos alunos por ela entrevistados, fica evidente a necessidade nas práticas das salas de aula da EAJA, de uma compreensão sobre o mundo do trabalho para que, de fato, se realize uma práxis que possa construir uma educação comprometida com os sujeitos e não com a lógica do capital.

Esses Jovens acumulam trabalho e escolarização. Muito mais trabalho que escolarização, como seus pais tendem a se tornar adultos sem usufruírem os direitos básicos de todo cidadão, conforme preconiza a Constituição brasileira.

Diversos autores, entre os quais Paro (1999), Lima Filho (2008), sob a perspectiva marxista, apontam que à escola não cabe o papel de preparar para o mercado de trabalho, ou seja, de se subordinar à lógica do capital. Para Ciavatta (1998, p.108), a educação básica, para a cidadania, comporta dimensões mais amplas que o horizonte utilitário do mercado e da produção para a competitividade. Lima Filho (2008) nos diz sobre a relação da educação com o mundo do trabalho que:

A educação seja básica, profissional ou tecnológica, não pode ser reduzida á mera formação para profissões ou para determinadas práticas e trabalhos específicos, senão um processo integral do ser humano, cidadão e trabalhador, direito social e inalienável e base de autodeterminação do sujeito no contexto dos complexos processos produtivos que caracterizam as sociedades contemporâneas.(LIMA FILHO, p.121)

Os jovens da EAJA não podem continuar sendo vítimas de currículos superficiais. Porque não se parte das condições concretas em que estes educandos se encontram no mundo do trabalho, para que estes compreendam os fundamentos teóricos e científicos dos processos de produção? Faz-se necessário, mais do que nunca, que estes educandos tenham acesso ao conhecimento historicamente construído pela humanidade, de maneira que estes possam ser meios que os auxiliem na compreensão, na crítica e na superação da realidade vivida por eles.

Neste sentido, comunga-se com Freire (1992), para quem a prática educativa é política, exigindo, portanto, compromisso do educador com os sujeitos com os quais trabalha. Compromisso este que implica respeitar este aluno enquanto pessoa humana, que traz consigo saberes que são apreendidos e construídos no seu cotidiano, nas relações por eles estabelecidas, nos mais diversos ambientes por eles frequentados.

Freire (1992, p.91) argumenta que “não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens”. Desse modo, é partindo dos saberes dos educandos, assumidos como sujeitos do processo educativo, numa constante ação-reflexão-ação, que se torna possível a construção de uma sociedade mais justa.

A educação pode contribuir para que estes jovens compreendam os mecanismos e artimanhas de funcionamento do capitalismo e das relações de trabalho, na qual estão inseridos ou buscando se inserir. Aceitar a realidade como está, não percebendo e não buscando possibilidades de mudanças ou melhorias, é uma forma de contribuir com o sucesso da política neoliberal.

As práticas educacionais, bem como a organização intencional e crítica de currículos, podem contribuir para que os jovens da EAJA compreendam as causas das desigualdades e os processos de exclusão que os impedem viver sua juventude em condições mais dignas. A partir desta tomada de consciência, se torna possível a construção de instrumentos de luta coletiva, que os possibilitem alcançar condições mais cidadãs de sobrevivência.

Dos jovens pesquisados, 45,35% afirmaram não serem os responsáveis pelo orçamento familiar. No entanto, se somarmos os que disseram ter responsabilidade, em partes, com os que afirmaram tê-la, percebe-se que 50,5 % dos educandos contribuem no orçamento da família. Portanto, a sua força de trabalho se faz necessária para a sobrevivência familiar.

**Tabela -5**

Jovens que possuem responsabilidade pelo orçamento. Goiânia 2008

Faixa etária	Sim	Não	Em Parte	Ñ inform.
15 – 17	22	120	63	14
18 – 24	46	46	52	3
Total:	68	166	115	17

Fonte: Adaptado pela autora de NAP – Núcleo de Apoio e Pesquisa da SME de Goiânia.

Não podem ser desconsideradas, também as necessidades criadas pelo mercado capitalista, por meio, principalmente, dos apelos publicitários que têm sido hábeis no sentido de criar, nos jovens, necessidades simbólicas. Estes jovens pertencentes à classe trabalhadora não possuem, na sua maioria, famílias com condições econômicas para

satisfazerem estas necessidades. Há uma distância entre as necessidades de consumo e as condições objetivas para adquirirem estes bens almejados, muitas vezes, para serem aceitos socialmente.

No tocante ao número de filhos, podemos perceber que 7,76% dos jovens, com idade entre 15 e 17 anos, possuem filhos. Dois destes afirmaram ter três filhos. Entre os jovens com idade entre 18 e 24 anos, o índice daqueles que afirmam ter filhos, apresenta-se maior, ou seja, 36,73%. No total, 19,40% dos educandos têm filhos.

**Tabela – 06**  
Número de filhos dos jovens da EAJA Goiânia 2008

Faixa Etária	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco	Nenhum	Ñ Informado
15 - 17	14	1	2	0	0	199	3
18 - 24	35	16	3	0	0	93	0
Total	49	17	5	0	0	292	3

Fonte: Adaptado pela autora de NAP – Núcleo de Apoio e Pesquisa da SME de Goiânia.

Grande parte desses jovens que estão trabalhando e estudando são responsáveis pelo orçamento familiar, ou contribui com este. Alguns já possuem filhos, encontram sérias dificuldades para acessarem a escola e para se manterem nela. Muitos não possuem com quem deixar seus filhos e, em alguns casos, os levam para a escola.

Pode-se concluir que os jovens da EAJA possuem perfil bem diferenciado do jovem “comum”. São trabalhadores, em alguns casos, trabalhadores precoces. Atuam na sua maioria numa jornada longa e desprotegidos por leis trabalhistas, principalmente, os que possuem entre 15 e 17 anos. Apesar de pertencerem ao grupo etário em que o acesso ao ensino fundamental já era obrigatório, não tiveram sucesso no processo de escolarização, uma vez que apresentam defasagem idade-série. Um grande percentual é responsável pelo orçamento familiar.

Estes jovens possuem uma trajetória de vida marcada por singularidades, tais como a condição de trabalhadores em situação de exploração, mas, também, marcada pelas especificidades de seu modo de vida, dos locais onde frequentam, dos grupos juvenis dos quais participam.

O diálogo é o elemento fundamental para que professores da EAJA consigam, relacionar com estes jovens, refletir sobre a realidade do mundo do trabalho. Trabalho este

que ocupa centralidade em suas vidas, uma vez que é por meio dele que sobrevivem. No entanto, não pode se perder de vista neste diálogo, a realidade social mais ampla, bem como outras dimensões, também importantes para a formação humanizadora destes jovens. ■





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo traçou um perfil do jovem trabalhador da EAJA, com enfoque na sua relação com o mundo do trabalho, bem como os desafios de integrar a EJA à EP. O caminho percorrido foi o de pesquisa bibliográfica e documental e análise de dados quantitativos do Perfil Sócio-Educativo e Econômico da EAJA.

Na busca deste objetivo, foi feita a sistematização dos dados fornecidos pelo NAP da SME de Goiânia. Durante todo o percurso deste trabalho, buscou-se fazer uma leitura desses dados, à luz de estudiosos da área de EJA, Educação Profissional, Juventude e Trabalho.

As leituras feitas e a análise dos dados mostraram a necessidade de diálogo entre as instâncias da SME, responsáveis pelas políticas destinadas à infância e à adolescência e, aos jovens e adultos.

Os jovens, com idade entre 15 e 17 anos, principalmente os que estão no último ano do Ensino Fundamental e que vão para a EAJA, “empurrados” pela escola, como forma de resolver um problema, porque não há atendimento para ele no diurno ou por falta de proposta pedagógica que o perceba como sujeito de Direito, precisa sair da “invisibilidade” e ser encarado, efetivamente, como um desafio posto.

As secretarias municipais e estaduais de educação, as escolas, as políticas de formação e as propostas pedagógicas não podem se furtar a desenvolver um trabalho comprometido com a aprendizagem e com a formação humana desses jovens, sendo esta, uma forma de não engrossar as fileiras dos que buscam a EJA.

Estar na EAJA não significa estar incluído no processo ensino- aprendizagem. Não se pode ser insensível e indiferente aos sonhos e à luta que esses jovens travam no seu dia a dia, para continuarem estudando. É verdade que a simples construção de propostas ou

leis que garantam o direito ao acesso e à permanência numa educação de qualidade social, não são suficientes para que estas se efetivem.

Conforme explicitado no primeiro capítulo, é de fundamental importância o vínculo e influência que a EJA possui da educação popular e com os movimentos da sociedade civil, no sentido de se construir mecanismos de luta coletiva, tendo em vista a concretização e implementação de políticas públicas para a EJA que, historicamente, têm sido objeto de programas e projetos de governo e “vítima” da implantação e desmantelamento destes, conforme os interesses dominantes. A articulação da EJA com estes movimentos é relevante para que as experiências de implantação e implementação de PROEJA, não se resvalém para o atendimento exclusivo às necessidades do mercado.

Constata-se que os jovens, entre 15 e 24 anos, representam um percentual amplo e significativo dos educandos da EAJA. Como trabalhadores, em condições precárias, tentam conciliar exigências e jornadas longas de um mercado de trabalho que tem se apresentado cada dia mais competitivo. Trabalham uma média de 08 a 12 h por dia, às vezes, já no limite de sua força física, tendo passado pelas pressões comuns de um mercado, que cada dia exige mais e oferece menos ao trabalhador. Após esta jornada, ainda vão para escola noturna.

Esses jovens, que não compõem a parcela de sujeitos que, tradicionalmente, freqüentavam as salas de EJA, se concentram no segundo segmento. Acessaram a escola na chamada “idade regular”, tendo os jovens com idade entre 15 e 17 anos interrompido menos o processo de escolarização. Os jovens com idade entre 18 e 24 anos interromperam mais o processo escolar e possuem também menos tempo para estudo em casa.

Esta conclusão reforça a necessidade de articulação entre as várias modalidades que atendem a juventude, bem como destas com as secretarias da juventude, assessoria da juventude e movimentos que tratam dos direitos e necessidades destes jovens.

Esses jovens possuem presença marcante no mercado de trabalho. Apesar da atual crise do trabalho, 70,49% afirmaram estar trabalhando. A remuneração pelo trabalho desenvolvido por eles, é fundamental para o orçamento de suas famílias. São responsáveis por este orçamento ou contribuem para a sobrevivência do grupo familiar.

A escolarização é percebida, por eles, como um instrumento que pode auxiliá-los na melhoria de sua condição de vida. No entanto, as leituras feitas demonstram que grau de escolarização não garante acesso ao emprego, haja vista que no atual modelo de desenvolvimento, este se torna cada dia mais escasso. Porém, o acesso à educação básica com

qualidade, articulada a educação profissional, pode contribuir para que os jovens busquem assegurar os seus direitos, possibilitando, também, sua inserção no mercado de trabalho em ocupações mais qualificadas.

Este é um grande desafio: construir no cotidiano das práticas pedagógicas um currículo que consiga articular educação básica e mundo do trabalho, partindo da concretude das relações vividas por estes alunos. Aqui, destaca-se a importância da práxis, da constante reflexão-ação-reflexão, para o fazer pedagógico comprometido com a formação integral dos jovens da EAJA.

Este estudo tem a intenção de contribuir com educadores de EJA que, apesar das condições adversas, buscam refletir de forma crítica sobre a condição de vida deste aluno trabalhador, bem como sobre as possibilidades de construir práticas pedagógicas que partam desta realidade.

No entanto, a realidade concreta, o saber de experiência, é somente o ponto de partida para questionamentos. É necessário avançar na compreensão das relações contraditórias, produzidas no modo capitalista de produção. Nesta análise, revela-se de fundamental importância o reconhecimento deste jovem, sujeito do processo ensino-aprendizagem e de “formação humana”.

Sendo os jovens da EAJA, trabalhadores e, sendo consenso entre estudiosos desta modalidade à necessidade de um currículo que atenda às necessidades e especificidade dos educandos, a categoria trabalho torna-se elemento fundante para práticas pedagógicas que buscam contribuir na formação integral destes homens e mulheres.

Este trabalho discorre sobre a histórica dualidade entre educação geral e profissional e aponta o PROEJA como possibilidade e desafio de integração entre estas duas modalidades.

O documento base (Brasil, 2007, p.23) coloca que o PROEJA se constitui, enquanto política, numa ótica diferente da até então desenvolvida na educação brasileira, “pressupõe a apropriação de conhecimentos teóricos e práticos, científicos e tecnológicos, do conceito de trabalho como princípio educativo e da cultura técnica articulada à cultura geral”.

É inegável que, para estes jovens, acessar um ensino que lhes proporcione aprendizagem significativa, condições de permanência e possibilidades de formação profissional, contribui para sua inserção no mundo do trabalho como trabalhador mais crítico e consciente, frente às contradições inerentes ao modo de produção capitalista. O PROEJA,

enquanto proposta educacional, se contrapõe às propostas vigentes até então, com o objetivo de atender exclusivamente às necessidades do mercado e apresenta, como princípio norteador, a formação integral.

Em consonância com o documento base do Proeja, este estudo considera importante que aos jovens com idade entre 15 e 17 anos, principalmente aqueles que já estão nos anos finais do ensino fundamental, sejam garantidas condições de acesso e aprendizagem, para que concluam seus estudos regulares.

Por fim, é preciso ressaltar que qualquer educador que queira, de fato, trabalhar com os jovens, motivando-os para a vivência de relações mais solidárias, em contraposição às relações vivenciadas por eles, diariamente, no mercado de trabalho, precisa se sensibilizar para a importância da escuta amorosa e crítica. A escola necessita ser “viva” e, para isso, faz-se mister a construção de vínculos com outros espaços formadores.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs). Pós – neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.9-23.

ARROYO, Miguel. **Balanco da EJA: O que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?** Revista de Educação de Jovens e Adultos. V.1 Nº 0 p.1-108 agosto de 2007.

Disponível em: [http://www.reveja.com.br/revista/0/artigos/REVEJ@\\_0\\_MiguelArroyo.pdf](http://www.reveja.com.br/revista/0/artigos/REVEJ@_0_MiguelArroyo.pdf)  
acesso em 21/07/2009

ATHAYDE, Celso, et al. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: objetiva, 2005.

BARBARA, Maristela Miranda, MIYASHIRO, Rosana e GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **Experiências de Educação Integral da CUT: práticas em construção – Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

BORGES, Ângela. **Mercado de Trabalho: Mais De Uma Década de Precalização**. In: DRUCK, Graça; FRANCO Tânia. (orgs). A Perda Da Razão Social Do Trabalho: tercerização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1996.

BRASIL. MEC. Documento Base Proeja. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui o **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos- PROEJA**. *Diário Oficial da União*, de 14/07/2006.

\_\_\_\_\_. MTE. **A Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro e as Políticas Públicas do Governo Federal**. Observatório do Mercado de Trabalho Brasileiro e Emprego. 2002. Disponível em: [/www.mte.gov.br/observatorio/Informalidade2.pdf](http://www.mte.gov.br/observatorio/Informalidade2.pdf)

BRUNEL. Carmem. **Jovens cada vez mais Jovens na Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004

BURNIER, Suzana. **Os significados do trabalho segundo técnicos de nível médio** In.: **Educação & Sociedade**, v.27, n.94, São Paulo, Campinas, jan/abr 2006. Disponível em [www.cedas.unicamp.br](http://www.cedas.unicamp.br)

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola**. Mesa Temática - II Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Goiânia, 2007.

CARVALHO, Célia P. **Ensino noturno: realidade e ilusão**. São Paulo: Cortez, 1997.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino médio: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.

CLÍMACO, Arlene Carvalho de Assis. **Movimentos Sociais, Trabalho e Educação – o desafio da democratização**. Goiânia, 2007. (digitado)

COSTA, Cláudia B. **O trabalhador-aluno da Eaja: desafios no processo ensino-aprendizagem**, 2008. Dissertação (mestrado) Universidade Católica de Goiás (UCG), Goiânia

FERNANDES, Andréa. **Jovens na EJA, Perspectiva do Direito e Transferências: Responsabilidade é de Quem?** Disponível em: [http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos\\_senept/anais/quarta\\_tema3/QuartaTema3Artigo5.pdf](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/quarta_tema3/QuartaTema3Artigo5.pdf) acesso em 05/07/2009

FALCÃO, Rui. **O neoliberalismo em retirada**. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/noblat>. Acesso em 28 julho de 2009

FILHO, Domingos L. Lima. **Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Mundo do trabalho: elementos para discussão da reconfiguração do currículo e formação de educadores**. Mesa Temática - II Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Goiânia, 2007.

FREIRE, Paul. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes.1986

FRIGOTTTO, Gaudêncio. et al. **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998

GOIÂNIA. **Secretaria Municipal de Educação. Proposta Pedagógica para o Ensino Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos do Período Noturno da Rede Municipal de Goiânia.** Goiânia, 2000.

\_\_\_\_\_ **Diagnóstico da EAJA,**(1997-2007) Goiânia, 2007. Mimeografado.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2003.

MANFREDI, Silvia Maria. **A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio Gramsci.** In.: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A questão política da educação popular. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MIRANDA, Maristela et al – **Educação Integral dos Trabalhadores: Práticas em Construção.** São Paulo: CUT, 2003.

OLIVEIRA, Marta de Oliveira. **Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** MEC/UNESCO. Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO/MEC, anped, 2005 (coleção educação para todos; 6).

SILVA, Ivonete. Maria. **“Ou Trabalha e Come Ou fica com Fome e Estuda”:** o trabalho e a não-permanência de adolescentes, jovens e adultos na escola em Goiânia. 2004, Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia.

SOUZA, Graça Helena S. Educação de Jovens e Adultos: Estudo de Caso no Centro de Estudos Supletivos/ SENAI. 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro(URJ), Rio de Janeiro.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil; revendo alguns marcos históricos.** <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htm>

## ANEXO – 1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO  
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO DE AVALIAÇÃO E PESQUISA

### PERFIL SÓCIO-EDUCATIVO E ECONÔMICO

URE. \_\_\_\_\_  
Escola: \_\_\_\_\_

- 1 - Sexo: Feminino ( ) Masculino( )
- 2 - Idade: \_\_\_\_\_
- 3 - Em relação à questão étnico-racial, você se considera:  
( ) Branco ( ) Preto ( ) Pardo ( ) Amarelo ( ) Indígena
- 4- Com que idade você iniciou sua escolarização? \_\_\_\_\_
- 5 - Quantas vezes você parou de estudar?  
( ) Nunca parou  
( ) Parou uma vez  
( ) Parou duas vezes  
( ) Parou várias vezes Nesse caso, quantas? \_\_\_\_\_
- 6 – Tem tempo para estudar fora da escola?  
( ) Sim ( ) Não
- 7 - Qual sua principal ocupação/profissão? \_\_\_\_\_
- 8 - Está empregado?  
( ) Sim ( ) Não
- 9 - Tem mais de um emprego/trabalho?  
( ) Sim ( ) Não
- 10 - Se você está empregado:  
( ) Tem carteira assinada  
( ) Não tem carteira assinada  
( ) É funcionário público
- 11 - Quantas horas você trabalha por dia? \_\_\_\_\_
- 12 - Horário de início do trabalho: \_\_\_\_\_ Horário de término: \_\_\_\_\_
- 13 - Você é responsável pelo orçamento familiar?  
Sim( ) Não( ) Em parte( )
- 14 - Número de filhos:  
( ) Nenhum ( ) Um ( ) Dois ( ) Três ( ) Quatro ( ) Cinco ( ) Mais que cinco



## ANEXO - 2

### CBO 2002 – Classificação Brasileira de Ocupações.

PROFISSÃO	CÓDIGO CBO	QUANTIDADE
Açougueiro	8485-10	2
Ajudante de pedreiro	7170-20	5
Ambulante	5243	1
Gesseiro	7164 - 05	1
Arte finalista	7661-20	1
Atendente balcão	5211-10	3
Aux. de serigrafia	7662-05	1
Auxiliar Administrativo	4110-05	5
Auxiliar de costura	7632-10	1
Auxiliar de cozinha	5135-05	1
Auxiliar de facção	7631-25	2
Auxiliar de manutenção	5143-10	1
Auxiliar de mecânica	9144-05	1
Auxiliar de produção	7631-25	4
Auxiliar protético	3224-20	2
Babá	5162-05	14
Balconista lanchonete	5134-35	1
Borracheiro	9221-15	1
Bordadeira	7682-05	1
Office boy	4122-05	1
Break dance (dançarino)	2628-10	1
Caixa	4211-25	3
Carpinteiro	7155-05	1
Conferencista	4142-15	1
Construção civil	7102-05	1
Costureiro	7632-10	10
Diarista	5121-20	4
Doméstica	5121-05	10
Encarregado	4101-05	1
Entregador de bebidas	7832-25	4
Estoquista supridora	4141-05	2
Facção		2
Frentista	5211-35	3
Futebol (jogador )	3771-10	1
Gogo boy	5198-05	1
Garçonete	5134-05	1
Hortaliça	6123 - 05	1
Jardinagem	6220-10	1
Lanternagem	9913 - 05	1
Lavador	5199-35	5
Letreiro	Sem CBo	1

Limpador de piscina.	5143-30	1
Manicure (pedicuro).	5161-40	2
Marceneiro –	– 7711-05	4
Mecânico	9192-05	10
Pró - cerrado	Sem CBO	2
Menor aprendiz	Sem CBO	1
Montador –	3744- 20	3
Ocupação não informada		34
Operador de motosserra	7731 - 10	1
Padeiro	8483- 05	1
Pedreiro	7152-30	1
Pintor	7166 - 10	3
Pro guarda, segurança (org.part. de segurança)	5173- 30	2
Pro jovem		1
Promotor de vendas	5211-15	1
Repositor de mercadoria	5211-25	1
Retificador de motores	9144-05	1
Sapateiro	7683-20	1
Secretaria	3515-05	6
Serigrafia	7686-25	2
Serv.gerais	5121-05	5
Tapeceiro	7681-10	2
Tricô	7681-15	1
Vendas	5211-10	12
Cuidador de idosos	5162-10	1
Crediarista		1
Salgadeiro	5135-05	1
Operador de empilhadeira	7822- 20	1
Impressor(serigrafia)	7662 -05	1
Camareira	5133-15	1
Artesão	2624-05	1

**Ocupações não identificadas:** técnico, trabalho, loja de auto-som, auxiliar (4), brinquedos pedagógicos, CELG, confecção (7), fábrica (2), lavajato (1) transportadora (2) Curso e voluntariado, estagiário(1), loja de auto-som(1), técnico em computador (5), técnico em manutenção de aquecedor(1), autônomo (5), ,pedreira, personal, estruturero, operador de serviços automotivos, obras e vendas, selecionador de amendoim(1),do lar (9), estudante (25) Auxiliar de transporte(1)